

ções correntes, negativo desde 1966, quando foi de 20 milhões de dólares, passou a casa dos 1.330 milhões de dólares, em 1973, e atingirá, segundo ainda estimativas, a mais de 7.000 milhões, em 1974. Transações correntes, como os leigos sabem, resultam da soma algébrica da balança comercial e dos serviços. Tais déficits têm sido, em parte, compensados por investimentos estrangeiros, se é que os dados oficiais são reais: em 1973, entraram 900 milhões de dólares, deixando déficit final de mais de 400 milhões de dólares. A previsão para 1974 é da entrada de 1 bilhão de dólares; mas o déficit final, ainda assim, atingirá a 6 bilhões de dólares. A amortização da dívida externa, que absorvia 350 milhões de dólares, em 1966, passará, em 1974, a absorver quase 2 bilhões de dólares. A dívida externa passará, segundo os otimistas, a girar em torno dos 19 bilhões de dólares; para os menos otimistas, atingirá a ordem dos 21 bilhões. As nossas tão apregoadas reservas no exterior — da ordem de 6,5 bilhões de dólares, em 1973 — permanecerão, no mínimo, estagnadas, se não tiverem de ser, em parte ou no todo, entregues aos credores. É um quadro que desnuda o “modelo brasileiro de desenvolvimento” e sua chamada “abertura para o exterior”, que pode ser traduzida, do economês para o português, em servidão à forças econômicas externas. Mas convém verificar como se comportou, em relação ao passado, o balanço de pagamento, no 1º semestre de 1974. Comparados os dados com os do 1º semestre do ano anterior, verifica-se que as exportações brasileiras aumentaram de 16%, mas as importações aumentaram de 122%; que a balança de serviços, sempre negativa, aumentou 22%; e que, portanto, as transações correntes cresceram — contra nós — de 464%. O ingresso líquido de capitais — se é que ingressaram mesmo — cresceu de 222%. O déficit — transações correntes mais ingresso líquido de capitais — define-se em -190.<sup>27</sup>

Segundo é sabido, a economia brasileira tem na agricultura a sua área mais fraca, com evolução oscilante e com dependência tradicional da exportação; nisso se inclui, também, a pecuária. Seria fácil demonstrar que a origem da citada debilidade, e conseqüente dependência, está na persistência do latifúndio, isto é, da essência ainda colonial de largas faixas da agricultura, da resistência, nela, de relações pré-capitalistas. Não é possível desconhecer que o alastramento das relações capitalistas no campo vem constituindo um dos aspectos do “modelo brasileiro de desenvolvimento”; isto se verifica, particularmente, quanto à remuneração do trabalho. Porque, na verdade, o latifúndio persiste intocado, na sua essência que abrange desde a dimensão da propriedade até os métodos de produção. Que alterações aparecem na agricultura brasileira, então? Elas podem, com facilidade, ser definidas por dois pronunciamentos recentes: O do bispo de Diamantina dom Henrique Froelich, que afirmou: “A agricultura está simplesmente desaparecendo da região, ao ser substituída pelo intenso latifúndio ocupado por bois e capim”. E o do ministro da Agricultura que, segundo a imprensa, “tem preconizado que a fórmula para salvar a agricultura brasileira é levar ao campo as grandes empresas, das quais a Sanbra deveria ser um excelente exemplo”.<sup>28</sup>

<sup>27</sup> Os dados, até 1973, são do Banco Central. Foram publicados em *Opinião*, nos números 85, de 24 de junho de 1974, e 94, de 26 de agosto; neste último, aqueles referentes ao balanço das alterações dos dois semestres iniciais, o de 1974 em confronto com o de 1973. As estimativas para 1974, quanto ao publicado no nº 85, são do referido jornal.

<sup>28</sup> Em *Opinião*, nº 86, Rio, 1º de julho de 1974.